



Estado de Minas Gerais  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**PARECER JURÍDICO**

EMENTA: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS COMPONENTE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA PARA ATENDER A FARMÁCIA BÁSICA DE COROMANDEL CONSTANTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 323/2025, ORIUNDA DA SECRETARIA DE ESTADO DE MINAS GERAIS, DA QUAL O MUNICÍPIO DE COROMANDEL FIGURA COMO ÓRGÃO PARTICIPANTE.

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de consulta formulada pelo Setor de Licitações acerca das providências administrativas necessárias à formalização da aquisição de medicamentos componente básico da assistência farmacêutica para atender a Farmácia Básica de Coromandel, cujos preços encontram-se registrados na Ata de Registro de Preços nº 323/2025, gerenciada pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, figurando o Município como órgão participante.

Informa-se que o Município de Coromandel integra o Sistema Estadual de Registro de Preços, tendo participado da fase preparatória do certame, motivo pelo qual figura como órgão participante da referida ata.

É o relatório.

**II – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

O Sistema de Registro de Preços encontra fundamento na Lei nº 14.133/2021, sendo instrumento destinado à futura e eventual contratação de bens e serviços, conforme demanda da Administração Pública.



**Estado de Minas Gerais**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Consta dos autos que o Município de Coromandel participou, desde a fase inicial, do procedimento licitatório promovido pelo Estado de Minas Gerais, tendo formalizado previamente sua intenção de integrar o registro de preços. Nessa condição, enquadra-se como órgão participante, nos termos do art. 2º, inciso VII, do Decreto Estadual nº 48.779/2024, segundo o qual se considera participante o órgão ou entidade que integra os procedimentos iniciais da contratação para registro de preços, conforme dispõe:

Art. 2º – Para fins deste decreto, considera-se:

(...)

VII - órgão ou entidade participante: órgão ou entidade da Administração Pública que participa dos procedimentos iniciais da contratação para registro de preços e integra a ARP;

Diante desse contexto normativo e documental, não restam dúvidas de que o Município de Coromandel, por integrar o programa Farmácia de Minas e por ter participado das etapas iniciais da formação da ata estadual, figura como órgão participante das referidas Atas de Registro de Preços, não sendo necessária a formalização de procedimento de adesão (denominado “carona”) para a aquisição dos itens registrados.

Neste mesmo sentido, dispõe o item 3.4.1 das Atas de Registro de Preços decorrentes do Pregão 323/2025:

“participam da compra estadual, independente de apresentação de adesão formal, todas as Administrações Municipais participantes do Componente Básico da Assistência Farmacêutica, no âmbito do SUSMG – Farmácia de Minas, gerenciado pela Secretaria de Estado de Saúde – SES/MG, nos termos do artigo 2º, XVIII e XIX; art. 9º, XI, “h” e §12º, III; art. 23, §2º e §3º, do Decreto Estadual nº 48.779/2024.

Além dos dispositivos supra, vale mencionar que o município de Coromandel editou o “Decreto nº 593 de 28 de novembro de 2024” manifestando





**Estado de Minas Gerais**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

o interesse de integrar a Ata de registro de Preço Estadual (ARPE) coordenada pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, como participante.

Assim, entende esta Procuradoria que o Município de Coromandel está autorizado a realizar a contratação diretamente com os fornecedores signatários das Atas de Registro de Preços decorrentes do Registro de Preços nº 323/2025, independentemente da instauração de procedimento de adesão.

Embora o Município de Coromandel figure como participante das Atas de Registro de Preços oriunda do procedimento conduzido pelo Estado de Minas Gerais, tal circunstância, por si só, não afasta a necessidade de elaboração de Estudo Técnico Preliminar no âmbito municipal. Isso porque, à luz da Lei nº 14.133/2021, impõe-se à Administração a devida motivação de suas contratações, inclusive com a demonstração da vantajosidade da adesão ou participação no instrumento registrado. Nesse sentido, o Estudo Técnico Preliminar revela-se indispensável para evidenciar que a contratação atende ao interesse público local, bem como para justificar, de forma concreta, que a participação do Município nas atas do consórcio se mostra mais vantajosa em comparação a outras alternativas disponíveis no mercado.

No caso em análise, cumpre destacar que a Secretaria demandante procedeu à elaboração do respectivo Estudo Técnico Preliminar, no qual restaram devidamente identificadas a necessidade da contratação, as alternativas possíveis e a justificativa de vantajosidade da participação do Município na referida ata, atendendo, assim, às exigências legais e aos princípios que regem a Administração Pública.

Verifica-se nos autos que, previamente à edição do Decreto nº 593, de 28 de novembro de 2024, que manifestou o interesse do Município em integrar a Ata de Registro de Preços Estadual (ARPE), constam os motivos e a justificativa apresentados pela Secretaria Municipal de Saúde acerca da vantajosidade de tal decisão em relação ao pregão realizado pelo Estado, no qual se declara que a



**Estado de Minas Gerais**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

participação do Município se mostra mais vantajosa para a Administração Pública.

Ademais, consta nos autos que a Secretaria demandante realizou pesquisa de preços, ainda que não se trate de procedimento de adesão. Tal medida foi adotada com o objetivo de demonstrar que os valores registrados na ata permanecem compatíveis e vantajosos em relação aos praticados no mercado, reforçando, assim, a regularidade e a economicidade da contratação pretendida.

Diante disso, entende-se que os documentos constantes dos autos são suficientes para viabilizar a formalização das contratações, as quais poderão ocorrer por meio de contrato administrativo, emissão de nota de empenho, autorização de fornecimento ou instrumento equivalente, diretamente com as empresas signatárias da ata.

Compete ao setor competente promover a abertura do respectivo procedimento administrativo, consignando expressamente que o Município atua na condição de órgão participante da ata de registro de preços, não se tratando de adesão ("carona").

Ressalta-se, ainda, que, nos termos do art. 32 do Decreto Estadual nº 48.779/2024, as aquisições poderão ser formalizadas por termo contratual, nota de empenho, autorização de compra ou instrumento congênere.

Por fim, cabe ao Município, na condição de contratante, verificar previamente à formalização de cada contratação a manutenção das condições de habilitação dos fornecedores, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista e demais exigências editalícias.

### **III – CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto, conclui-se pela viabilidade jurídica da contratação pretendida, uma vez que o Município de Coromandel figura como órgão





**Estado de Minas Gerais**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

participante da Ata de Registro de Preços nº 323/2025, gerenciada pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, inexistindo, portanto, necessidade de procedimento de adesão ("carona"), por já integrar o procedimento licitatório originário.

Verifica-se, ainda, que a contratação encontra respaldo na legislação aplicável, especialmente na Lei nº 14.133/2021, bem como na regulamentação estadual pertinente ao Sistema de Registro de Preços, estando condicionada à observância dos limites quantitativos da ata, à disponibilidade de saldo e à manutenção das condições de habilitação dos fornecedores registrados.

Ressalta-se, por fim, que a formalização da contratação deverá ser precedida das cautelas administrativas de praxe, especialmente quanto à conferência da regularidade fiscal, trabalhista e demais exigências editalícias, cabendo ao setor competente assegurar a fiel execução das condições estabelecidas na ata.

É o parecer, que se submete à consideração superior.

Coromandel, 12 de Maio de 2026.

**ÉLDER ARAÚJO RODRIGUES**  
Procurador-Geral do Município

**Carolinne Aparecida Naves da Motta**  
OAB/MG 211.421